
EÇA DE QUEIROZ E O CONSTITUCIONALISMO

*Rosane Gazolla Alves FEITOSA*¹

RESUMO: O espaço narrativo de Eça de Queiroz nos remete à Regeneração e ao Constitucionalismo português na forma de objetos-arte, que se encontram num roteiro que denominamos de constitucionalista. Este inicia-se na Praça do Comércio com a Arcada e a estátua de D. José I até chegar ao Largo do Chiado com a estátua de Camões, nosso assunto em questão. UNITERMOS: Eça de Queiroz; geração de 70; regeneração portuguesa; realismo português; constitucionalismo; história e ficção.

Em função do espaço diegético da ficção queirosiana, traçamos um roteiro constitucionalista embasado na crítica que Eça de Queiroz fez ao constitucionalismo em Portugal.

O espaço narrativo queirosiano nos remete a “objetos-arte”² (obras de arte, monumentos, praças, edificações) resultantes de sua pertinência na construção romanesca. Procuraremos “(...) o involuntário para além do que voluntariamente lá pôs o autor (...)”, como pensou José-Augusto França (1980, p. 18). Arte e História podem nos levar a entender os fatos da vida sócio-política de uma época ou nação. Isto pode ser constatado quando tomamos o século XIX e a ficção queirosiana e vemo-los “clarear”, reciprocamente, com a leitura que podemos fazer da arte que nele se produziu.

Essas observações nos abrem caminho para uma análise do simbolismo dos objetos-arte como emanção dos elementos da diegese e da estruturação da ficção queirosiana. Estes, muitas vezes, se

¹FATEC – Ourinhos.

²Utilizamos essa terminologia numa alusão aos objetos-personagens do artigo de Aniceta de Mendonça “Da descrição aos objetos-personagens nos romances de Eça de Queiroz”. Separata da *Revista de Letras*, Assis, v.14, 1972.

constituem como ponto de projeção de conflitos sociais, traduzindo características culturais, econômicas, políticas e até morais do espaço em que a ação se desenrola.

No percurso do nosso itinerário constitucionalista, partimos do Terreiro do Paço com a Arcada e a estátua de D. José I, para chegarmos até o antigo Largo do Loreto, hoje, Largo do Chiado (desde 1925), com a estátua de Camões, na Praça Camões, .

A presença da figura de Camões, não a do poeta de *Os Lusíadas*, mas a do símbolo maior da Pátria que cristaliza em torno de seu nome e de sua epopéia as virtualidades regeneradoras de Portugal, esteve sempre presente na ficção queirosiana.

A sombra camoniana vem crescendo na ficção de Eça de Queiroz desde *O Crime do Padre Amaro* (1ª versão, 1876) a *Os Maias* (1888) ocupando um lugar de destaque, como se fosse um “sinal de alerta” ideológico no espaço diegético dos romances queirosianos. A importância da imagem ideológica de Camões e não da imagem literária é particularmente significativa, se a enquadrarmos nos problemas e nas preocupações do seu tempo – segunda metade do século XIX, momento histórico da Regeneração de Portugal e da Geração de 70.

A estátua de Camões, dentro das narrativas de Eça de Queiroz, funciona como um objeto-arte, símbolo da decadência da Pátria, apesar de Camões conotar um momento sócio-econômico da grandeza de Portugal – um objeto-arte dialético.

– *Vejam – ia dizendo o conde: – vejam toda esta paz, esta prosperidade, este contentamento... Meus senhores, não admira realmente que sejamos a inveja da Europa!*

E o homem de estado, os dois homens de religião, todos três em linha, junto às grades do monumento, gozavam de cabeça alta esta certeza gloriosa da grandeza do seu país – ali ao pé daquele pedestal, sob o frio olhar de bronze do velho poeta, erecto e nobre, com os seus largos ombros de cavaleiro forte, a epopéia sob o coração, a espada firme, cercado dos cronistas e dos poetas heróicos da antiga pátria – pátria para sempre passada, memória quase perdida!
(p.369)

Nas oito figuras da estátua, notamos o predomínio dos “cronistas e dos poetas heróicos da antiga pátria”, homens de letras, cuja função

é narrar a gesta nacional, desde a consolidação da nacionalidade, operada pelo mestre de Avis, até o declínio do Império português do Oriente³. Eça talvez pensasse nesse detalhe, quando realçou no monumento sua função de “memória quase perdida”, de rememoração de uma glória nacional já passada.

O desfecho de *O Crime do Padre Amaro* (3ª versão definitiva, 1880), que precede de perto o início da elaboração de *Os Maias* e faz eco na composição de *A Capital*, apresenta-nos um quadro de decadência e degradação nacionais em contraste com a exclamação do conde de Ribamar sintetizada em:

– *Que paz, que animação, que prosperidade!*
(...) *não admira realmente que sejamos a inveja da Europa!*
(p.369)

Ao discurso grandiloquente e oco do conde de Ribamar acerca da realidade portuguesa, Eça contrapõe o quadro do país real, sintetizado no espaço circundante do Largo de Camões.

Tipóias vazias rodavam devagar; pares de senhoras passavam, de cuia cheia e tacão alto, com os movimentos derreados, a palidez clorótica duma degeneração de raça; nalguma magra pileca, ia trotando algum moço de nome histórico, com a face ainda esverdeada da noitada de vinho; pelos bancos de praça gente estirava-se num torpor de vadiagem; um carro de bois, aos solavancos sobre as suas altas rodas, era como o símbolo de agriculturas atrasadas de séculos; fadistas gingavam, de cigarro nos dentes; algum burguês enfasiado lia nos cartazes o anúncio de operetas obsoletas; nas faces enfezadas de operários havia como a personificação das indústrias moribundas... E todo este

³Essas oito figuras dos Quatrocentos e dos Quinhentos (século XVI e XV) são: o historiador Fernão Lopes, o cosmógrafo Pedro Nunes, o cronista Gomes Eanes de Azurara, os historiadores João de Barros e Fernão de Castanheda e os poetas Vasco Mousinho de Quevedo, Jerónimo Corte Real e Francisco Sá de Meneses. O monumento a Camões projetado em 1860 por Vitor Bastos já vinha sendo pensado pelos governantes desde 1817. Em 1862 a pedra fundamental da estátua foi lançada e esta foi inaugurada em 28 de Junho de 1867, um prazo curto, se a compararmos ao arrastar de obras similares.

mundo decrepito se movia lentamente, sob um céu lustroso de clima rico, entre garotos apregoando a lotaria e a batota pública, e rapazitos de voz plangente oferecendo o Jornal das Pequenas Novidades: e iam, num vagar madraço, entre o largo onde se erguiam duas fachadas tristes de igreja, e o renque comprido das casarias da praça onde brilhavam três tabuletas de casa de penhores, negrejavam quatro entradas de taberna, e desembocavam, com um tom sujo de esgoto aberto, as vielas de todo um bairro de prostituição e de crime. (p.369)

Notamos que as três figuras – Padre Amaro, Cônego Dias e Conde de Ribamar – conversam “sob o frio olhar de bronze do velho poeta, erecto e nobre”, rodeado de heróis, a contrastar fortemente no seu retrato físico e moral, não apenas com aquele quadro decadente de Lisboa, mas também com a pequenez dos representantes do meio oficial da Regeneração portuguesa.

A ironia enfática desse final de *O Crime do Padre Amaro* (terceira versão, 1880) está no aspecto dialético do país da ficção e do país da realidade, diante daquela estátua que pretende simbolizar a glória da pátria que Eça considera perdida, conservada apenas como simples “memória” nos arquivos da História.

O monumento a Camões, no Largo de Camões, está estrategicamente situado em um local que permite ter uma visão panorâmica da cidade de Lisboa e do rio Tejo. Portanto, temos, ainda, um outro fator a considerar – a localização do monumento – para reforçar o contraste acima referido, acerca da decadência do país. Ao mesmo tempo que deste local podemos avistar o rio de onde partiam as caravelas que deram grandeza a Portugal, deste local também podemos ver as ruas que desembocam junto à estátua, nas quais se move uma raça degradada e doente – “a palidez clorótica duma degeneração de raça”; range “um carro de bois (...) como símbolo de agriculturas atrasadas de séculos”, introduzindo, num quadro citadino, a nota de uma estrutura sócio-econômica arcaica.

O curto passeio de João da Ega e Carlos da Maia, no final de *Os Maias*, passando pela estátua de Camões até chegar ao começo da Avenida da Liberdade, sumariza, de modo emblemático, quase toda a ficção queirosiana que, por vezes implícita, outras explicitamente, insinua sua obsessão decadentista acerca de Portugal, realçando a

degradação que o país viveu depois de Alcácer-Quibir com o desaparecimento de D. Sebastião⁴.

Se, em *O Crime do Padre Amaro*, o monumento a Camões funciona para enfatizar a decadência nacional agravada no espetáculo humano que se vê ao redor da praça, em *Os Maias*, o mesmo monumento reaparece para lhe ser adicionado outro índice da decadência – a imutabilidade.

Estavam no Loreto; e Carlos parara, olhando, reentrando na intimidade daquele velho coração da capital. Nada mudara. A mesma sentinela sonolenta rondava em torno à estátua triste de Camões. Os mesmos reposteiros vermelhos, com brasões eclesiásticos, pendiam nas portas das duas igrejas. O Hotel Aliança conservava o mesmo ar mudo e deserto. (...)

Foram descendo o Chiado. (...) E Carlos reconhecia, encostados às mesmas portas, sujeitos que lá deixara havia dez anos, já assim encostados, já assim melancólicos. Tinham rugas, tinham brancas. Mas lá estacionavam ainda, apagados e murchos, rente das mesmas ombreiras (...).
(p.697 — grifos nossos)

Ao passarem pelo monumento a Camões, Eça de Queiroz, tendo talvez presente a celebração do tricentenário de Camões em 1880, sublinha a permanência da degradação no uso enfático das expressões mesmo: “mesma sentinela”, “os mesmos reposteiros vermelhos”, “o mesmo ar miúdo e deserto”, “as mesmas portas”; no prefixo re: “reconhecia”; no uso de já assim indicando o estado: “já assim encostados”, “já assim melancólicos”; indicando tempo ainda: “lá

⁴Para Eça de Queiroz e para a Geração de 70, depois de “A catástrofe” e “A decomposição”, nomes de capítulos do livro de Oliveira Martins, *História de Portugal* (1920), nos quais o autor considera como “catástrofe” o período da dinastia de Avis de 1500–1580 e como “decomposição” o período do domínio espanhol e da dinastia de Bragança. Na sua *História de Portugal*, Oliveira Martins, no capítulo “A catástrofe”, depois de descrever a derrocada do reino após a batalha de Alcácer-Quibir, comenta: “Acabavam ao mesmo tempo, com a pátria portuguesa, os dois homens – Camões, D. Sebastião – que nas agonias dela tinham encarnado em si e numa quimera, o plano da ressurreição. Nesse túmulo que encerrava, com os cadáveres do poeta e do rei, o da nação, havia dois epitáfios: um foi o sonho sebastianista; o outro foi, é, o poema dos *Lusíadas*. A pátria fugira da Terra para a região aérea da poesia e dos mitos” (p.69). Provavelmente sugestionado pela visão trágica e catastrófica de Oliveira Martins, Antero de Quental (1923, p.309) escreveu: “Há nações para as quais a Epopéia é ao mesmo tempo o epitáfio”.

estacionavam ainda apagados...”. “O uso reiterado dessas expressões dão ênfase à identificação do presente com o passado”, diz Jacinto do Prado Coelho (1976, p.177), traduz um “tempo colectivo português: um tempo fora do tempo (...) as alterações individuais ou de superfície mais reforçam a sensação de permanência. É o tempo parado, estagnado...”.

A presença deste espaço-tempo coletivo em *Os Maias*, concretizado na imutabilidade do espaço e personagens reafirmam a idéia da decadência do país, da miséria portuguesa herdadas da Geração de 70, em particular, das obras de seu amigo Oliveira Martins, *História de Portugal e Portugal Contemporâneo* publicadas, respectivamente, em 1879 e 1881.

Esta especial ótica decadentista delinea o embasamento cultural e político de *Os Maias*, redigidos a partir de 1880, contemporânea, portanto, da problemática e mesmo da atualidade que levam às celebrações de 10 de Junho (Dia de Camões) e o que delas decorrem para os destinos da nação.

FEITOSA, R. G. A. Eça de Queiroz and constitutionalism. *Miscelânea*, Assis, 2:215–220, 1995.

ABSTRACT: The fiction space in Eça de Queiroz’s novels leads us to the Portuguese Regeneration and Monarchical Constitutionalism age in form of art-objects, which are in a route that we named constitutionalist. This route starts at the Commerce Square with its Arcade and José I statue and goes up to Chiado Square with Camoëns’s statue, our subject at this time.

KEYWORDS: Eça de Queiroz; 1870’s Generation; Portuguese Regeneration; Portuguese Realism; Portuguese Constitutionalism; Fiction and History.

Referências bibliográficas

- COELHO, J. do P. *Ao contrário de Penélope*. Amadora: Bertrand, 1976.
- FRANÇA, J.-A. Perspectiva artística da história do século XIX português. *Análise social*, Lisboa, n. 61-62, 1980, p.9-27.
- MARTINS, O. de. *História de Portugal*. 10 ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1920. 2v.
- QUEIROZ, E. de. O crime do Padre Amaro. In: *Obras Completas*. Porto: Lello & Irmão, 1976. v.1.
- QUENTAL, A. *Prosas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1923. 2v.
- _____. *Os Maias: episódios da vida romântica*. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.